



**HAL**  
open science

## **Cronica de uma anexação hesitante: a invasão do Timor Português pela Indonésia, 1974-1976**

Frédéric Durand, Stéphane Dovert

► **To cite this version:**

Frédéric Durand, Stéphane Dovert. Cronica de uma anexação hesitante: a invasão do Timor Português pela Indonésia, 1974-1976. Rui Graça Feijó. Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusotopia, 117, Edições Afrontamento, pp.329-351, 2016, Textos (Porto), 978-972-36-1469-5. <hal-02004857>

**HAL Id: hal-02004857**

**<https://hal.science/hal-02004857v1>**

Submitted on 6 Mar 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire HAL, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



HAL Authorization

CRÓNICA DE UMA ANEXAÇÃO HESITANTE.  
A INVASÃO DO TIMOR PORTUGUÊS PELA INDONÉSIA, 1974-1976  
Stéphane Doyet e Frédéric Durand

In: Rui Graça Feijó (coor.), *Timor-Leste, Colonialismo, Descolonização, Lusotopia*, Lisboa, Edições Aframento, 2016, p.329-351.

A invasão do Timor Português pela Indonésia a 7 de Dezembro de 1975 constitui uma etapa de um processo complexo. Durante cerca de dois anos, entre Abril de 1974 e Julho de 1976, a documentação e a imprensa indonésias mostram que o exército em volta do General Suharto se movimentou para conseguir a anexação deste território. Ao mesmo tempo que declarava não ter qualquer vontade expansionista, o exército usou várias estratégias – da propaganda à desinformação, passando por acções armadas e tomada de reféns. É preciso sublinhar a este propósito que não está a qui em causa a nação indonésia, mas apenas certos dirigentes da Ordem Nova, um regime opressivo que durou mais de trinta anos e que o povo indonésio derrubou em 1998.

*As esperanças indonésias depois da Revolução dos Cravos*

Um dos argumentos da Indonésia para justificar a sua intervenção em Timor oriental consistia na luta contra o colonialismo. A Indonésia tinha criticado Portugal por várias vezes, provocando o congelamento das suas relações diplomáticas em 1964, mas a sua atitude não deixava de ser ambígua. De facto, mesmo que não se tenha dotado de meios para efectivamente o conquistar, a Ordem velha de Sukarno esteve implicada em pelo menos quatro acontecimentos que revelam interesse pelo território entre 1959 e 1965<sup>1</sup>. Mas no geral as relações entre a Indonésia e Portugal não eram de carácter hostil. Foi nesse quadro que o Governador português de Timor expulsou, depois do golpe de 1966, vários comunistas indonésios refugiados no território, a pedido das autoridades de Jakarta. E o governador de Timor Ocidental, major El Tari, visitou Dili em 1967 e em Fevereiro de 1974 (Tomodok, 1967: 67).

O ano de 1974 assistiu a profundas transformações na Indonésia. Em 1973 o primeiro choque petrolífero suscitou enormes esperanças na medida em que o país era membro da OPEP – mas o nível de vida da população não melhorou. Pelo contrário, as desigualdades aumentaram, dando origem a greves e acusações de corrupção dirigidas contra Suharto e o seu séquito. Em 15 de Janeiro, manifestações estudantis acabaram em motim, causando dezenas de mortos. Este acontecimento, designado *Malari* (*Malapetaka Lima Belas Januari* – o desastre de 15 de Janeiro) veio a ser utilizado por algumas altas patentes para afastar o general Sumitro que tentava conter o papel político do exército. A desgraça de Sumitro reforçou a ala dura do estado-maior e principalmente o general Yoga Sugama, chefe dos serviços secretos (*BAKIN*); o almirante Sudomo, cabeça do Comando para a Restauração da Segurança e da Ordem (*KOPKAMTIB*); o general Amir Machmud, ministro do Interior; o general Panggabean, ministro da Defesa e da Segurança, que iria tornar-se comandante das forças armadas (*ABRI*); e o general Ali Murtopo, vice-director do *BAKIN* e conselheiro do presidente para os assuntos políticos (Jenkins, 2010: 46).

A Revolução dos Cravos em Portugal deu-se pouco depois destes acontecimentos, em 25 de Abril de 1974. E logo em Maio desse ano a vida política começou a estruturar-se no Timor oriental com a formação de três partidos: a União Democrática Timorense (UDT), a 11 de Maio; a Associação Social Democrata Timorense (ASDT) a 20; e a Associação Popular e Democrática Timorense (APODETI) a 25 do mesmo mês. A UDT e a ASDT pronunciavam-se a favor da

---

<sup>1</sup> Estes quatro acontecimentos são: a implicação de quatorze militantes de um movimento separatista indonésio (*Permesta*) na Revolta de Viqueque de Junho de 1959; a criação de um escritório de apoio a uma “União da República de Timor-Dilly” que os serviços secretos de Jakarta mantiveram no meio dos anos 60; operações de subversão junto da fronteira entre Maio de 1964 e Fevereiro de 1965; e ataques ao sub-distrito de Passabe, no enclave de Oecussi, em finais do mês de Agosto de 1966. Cf. Defert (1992), Gunn (1999), Cayrac-Blanchard et al (2000) e Chamberlain (2010).

manutenção de ligações com Portugal antes de uma independência mais ou menos rápida, ao passo que a APODETI – que inicialmente se pensou chamar Associação para a Integração de Timor na Indonésia (Dunn, 1983: 70) - defendia uma aproximação à Indonésia.

Desde o mês de Maio de 1974 que a posição indonésia era conhecida pela voz de John Naro, vice-presidente do Parlamento, através de despachos da agência *Antara*: “Temos esperança que o governo português tome as medidas necessárias para um apelo especial destinado a favorecer o regresso [sic] do Timor Português à Indonésia”. Esta posição foi reiterada com pequenas nuances num encontro que manteve com José Ramos-Horta em Jakarta em 12 de Junho de 1974: “Gostaria de ver o Timor Portugues regressar à Indonésia (...) mas se o seu povo quiser a sua independência, nós continuaremos a respeitá-lo e ajudaremos esse novo estado” (*Sinar Harapan*, 12 de Junho de 1974).

Pelo seu lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros Adam Malik pode parecer um pouco mais aberto ao escrever a Ramos-Horta a 17 de Junho que “a independência de todos os países é um direito de todos os povos, e o povo timorense não será uma excepção” (Ramos-Horta, 1987: 43). Mas enquanto civil, Malik não tinha poder face aos militares – e estes consideravam que o Timor Português deveria ser incorporado na Indonésia.

Na verdade, depois da Revolução dos Cravos, o general Suharto deixou-se tentar pelas hesitações de Portugal, ou mesmo por aquilo que lhe pareceu poder ser uma atitude favorável às suas esperanças de anexação. Como indicou Harry Tjan, director do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) de Jakarta – um *think tank* próximo do general Murtopo – o presidente tinha duas reservas. Por um lado, não desejava que a anexação desse território pusesse em causa a natureza unitária da Indonésia e fosse pretexto para a reintrodução de uma qualquer forma de federalismo.<sup>2</sup> Por outro, Suharto gostaria que a integração fosse vista como respeitando as aspirações do povo timorense (Department of Foreign Affairs and Trade, 2000: 85). Daí que tenha pedido ao general Murtopo que conseguisse esse intento por meios que não os da força (Chamberlain, 2010: 173).

No início de Maio, o general Panggabean pediu a todos os membros do sector de defesa territorial II (as ilhas entre Java e Timor ocidental) que desenvolvessem boas relações com as forças armadas portuguesas em Timor (*Berita Yudha*, 9 de Maio de 1974). O coronel Satari do *BAKIN* abordou a embaixada australiana em Jakarta a 22 de Maio para informar que, de acordo com um estudo que acaba de ser efectuado, não haveria nenhum movimento de libertação local e que a Indonésia preferia incorporar o território. Esta posição não levantou qualquer objecção junto dos diplomatas australianos, mesmo sendo certo que já se tinham formado a UDT e a ASDT. Num outro encontro realizado na embaixada australiana, a 27 de Junho, o coronel Sunarso, também do *BAKIN*, reconheceu que se se viesse a realizar um referendo, o resultado daria provavelmente a vitória à opção de independência (DFAT, 2000: 56, 60).

O exercito indonésio resolveu estruturar a APODETYI afim de servir as suas ambições. De Junho a Outubro de 1974, o seu presidente, Arnaldo dos Reis Araujo, deslocou-se a Jakarta onde manteve contactos com o general Murtopo e com Adam Malik. Enquanto a viagem de Ramos-Horta em Junho tinha beneficiado de uma boa cobertura da imprensa, a presença da APODETI em Jakarta foi encoberta nos primeiros meses. Nas suas memórias, o cônsul da Indonésia em Dili, Elias Tomodok, indica que estava doente em 8 de Junho quando José Abílio Osório Soares, secretário-geral da APODETI, se dirigiu ao consulado para depositar um manifesto reclamando a integração do território na Indonésia (Tomodok, 1996: 1010). Osório Soares deslocou-se depois para Jakarta, onde encontrou Arnaldo dos Reis Araujo. Em Setembro, quebrando o silêncio, a imprensa indonésia publicou declarações do presidente da APODETI defendendo a ideia da integração de Timor em virtude das relações históricas, geográficas e étnicas muito estreitas entre as duas metades da ilha (Agência *Antara*, citada pelo jornal do exercito *Angkatan Bersenjata*, 2 de Setembro de 1974).

---

<sup>2</sup> Em 1949, quando a Holanda concedeu a independência à Indonésia depois de quatro anos de luta, dividira o país numa federação que chamaram “Estados Unidos da Indonésia” – que foram abolidos no ano seguinte por Sukarno para lugar a um estado unitário.

Estes argumentos careciam de fundamento, dadas as importantes diferenças etnolinguísticas e séculos de história distinta. Pelo seu lado, o general Machmud, ministro do Interior, disse que o seu país estava pronto a aceitar a integração do Timor Português se este pedisse “voluntaria, honesta e sinceramente a sua amalgamação com a Indonésia” (*Sinar Harpan*, 11 de Setembro de 1974).

Paralelamente, a partir de Agosto de 1974, no quadro de preparação da fase militar da ofensiva indonésia conhecida sob o nome de operação *Komodo*, Tomás Gonçalves foi instalado pelo *BAKIN* em Nenuk, a oito quilómetros de Atambua, para aí criar um núcleo armado de forças pró-indonésia (Chamberlain, 2010: 173). Os militares formaram nesse local 110 membros da APODETI em Dezembro de 1974.

Esta instrumentalização da APODETI foi acompanhada de tentativas de convencer o Ocidente de que uma transferência de soberania de Portugal para a Indonésia seria a melhor opção. Nesse quadro, o general Murtopo visitou Lisboa a 16 de Agosto, três dias antes da partida para Timor de António de Almeida Santos, o ministro da Coordenação Interterritorial. Murtopo haveria de voltar a 14 de Outubro, véspera do reconhecimento por Portugal da anexação de Goa pela União Indiana em 1961. Dois dias depois, Almeida Santos faria escala em Jakarta em rota para Timor, e teria um encontro com Suharto, que se encontrava acompanhado pelo general Panggabean – o iniciador da operação *Komodo*. O poder indonésio jogava em dois tabuleiros: por um lado tentava convencer Portugal a transferir directamente o território, mas em caso deste cenário falhar, preparava-se para invadir e jogar com o *statu quo* criado até haver uma aceitação internacional.

Neste quadro, tanto Portugal como a Austrália enviaram sinais que a Indonésia interpretou positivamente. Por ocasião de um encontro em Bali entre o general Suharto e o primeiro ministro Gough Whitlam, entre 5 e 8 de Setembro, este último afirmou que “um Timor independente não seria um estado viável mas antes um perigo potencial para a região” (Defert, 1992: 64). E num encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiros português e indonésio em Nova Iorque a 21 de Setembro, Mário Soares não assumiu qualquer compromisso com Adam Malik, mas a imprensa indonésia sublinhou que tinha havido “um acordo no sentido de manter consultas estreitas entre os dois países a propósito do processo de descolonização, afim de evitar mal-entendidos”, e que um processo de autodeterminação iria ter lugar em 1975, mesmo que o seu calendário ainda não estivesse fixado (*Sinar Harapan*, 24 de Setembro de 1974). A ambiguidade da posição portuguesa voltou a manifestar-se quando o ministro Almeida Santos declarou na ONU, a 4 de Dezembro, que só haveria duas soluções para Timor: a manutenção no seio de Portugal ou a integração na Indonésia, acrescentando que Portugal não queria ser considerado como um estado colonial e que temia que o território viesse a ser um grande fardo financeiro.

A este propósito convém recordar que, se é verdade que a descoberta de hidrocarburetos no Mar de Timor deixava antever importantes recursos, o argumento da viabilidade económica foi regularmente avançado pela Indonésia (Defert, 1992: 124). Deste modo, Adam Malik declarou perante o clube dos representantes da imprensa estrangeira o seguinte:

“Sem querer sugerir que o povo do Timor Português não possa aspirar à independência, a minha opinião é que o meio mais rápido para elevarem o seu nível socioeconómico é através da amizade e da integração com a Indonésia” (*Berita Buana*, 27 de Novembro de 1974).

A partir de finais de 1974 a situação iria sofrer alterações, com um endurecimento da estratégia indonésia.

### ***Um novo governador e o pretensio medo do comunismo***

Ao chegar a Dili a 18 de Novembro de 1974, o novo governador português Mário Lemos Pires constatou a existência de uma real identidade leste-timorense e a recusa da opção pela integração na Indonésia bem patente na fraca representatividade da APODETI. Sendo igualmente testemunha de ameaças potenciais ao Timor Português, Lemos Pires chegou a sugerir, a partir de Janeiro de 1975, o envio de uma força de interposição das Nações Unidas, sem qualquer resultado (Lemos Pires, 1993: 83).

As autoridades indonésias assustaram-se a 21 de Janeiro de 1975 quando a UDT e a FRETILIN se uniram numa coligação e reclamaram a independência. Mesmo se Suharto tivesse

hesitações a propósito da invasão, o seu ministro da Defesa, general Panggabean, acelerou os seus preparativos. Em meados de Fevereiro, reestruturou os serviços por forma a neles colocar homens da sua inteira confiança, nomeadamente o general Murdani, então designado vice-responsável pelas informações. A 18 de Fevereiro o exército lançou no sul da ilha de Sumatra um ensaio de um assalto a Dili e Baucau (Nicol, 1978: 241). Sob o nome de código *Jayanusa* (“a vitória na ilha”), a operação foi calamitosa. Os paraquedistas enganaram-se nos objectivos e os bombardeamentos atingiram aldeias. O exército teve de admitir a sua impreparação para uma tal missão. Dois dias mais tarde, o estado-maior anunciou a compra de aviões OV-10 Bronco e de vários Hercules. A 26 de Fevereiro, perante uma pergunta da agência *Antara*, o vice-marechal Sudharmono afirmou que o exército estava a iniciar a construção de uma estrada que atravessaria Timor ocidental desde Kupang até à fronteira, e desmentiu que esse projecto estivesse relacionado com a situação no Timor Português ou que o exército estivesse a aumentar os seus efectivos nessa ilha.

Em paralelo, as autoridades indonésias esforçaram-se por desacreditar a UDT e a FRETILIN e procuraram levar esses partidos a romper a coligação. A partir de Fevereiro, varias caricaturas foram publicadas na imprensa sugerindo que esses partidos não passavam de marionetas de Portugal, que a FRETILIN era um partido perigoso, e que os timorenses estavam submetidos a um regime de escravidão. Os generais indonésios receberam sucessivas delegações da UDT e da FRETILIN afim de tentar voltar uns contra os outros. Entre 13 e 19 de Abril de 1975, Francisco Lopes da Cruz e Cesar Augusto da Costa Mouzinho, da UDT, estiveram em Jakarta onde se encontraram com o general Machmud, ministro do Interior. No dia da sua partida, foi a vez de uma delegação de dois representantes da FRETILIN (Alarico Fernandes e José Ramos-Horta) ser recebida. Nova missão da UDT foi a Jakarta a 18 de Maio, e poucos dias após o seu regresso a Dili a UDT decidiu retirar-se da coligação (27 de Maio). Fazendo uma espécie de eco destes acontecimentos, a APODETI proclamava unilateralmente, a 1 de Junho, a integração na Indonésia como 27ª Província (Tomodok, 1996: 226). O carácter provocatório desta declaração suscitou bem menos emoções e reacções do que a declaração unilateral de independência da FRETILIN em Novembro desse ano.

O argumento que o poder indonésio avançava contra a FRETILIN era o de não poder aceitar um regime comunista em Timor. Esta atitude, apreciada por americanos, australianos e japoneses, foi amplamente recuperada pelos comentadores da situação. No entanto, ela contrasta vivamente com a realidade.

Na verdade, em Março de 1974 a Indonésia restabeleceu relações diplomáticas com a URSS, suspensas desde 1965, e assinou um acordo de comércio. Em Julho desse ano, Adam Malik visitou vários países comunistas da Europa Oriental e da Ásia : Jugoslávia, Roménia, Polónia, Coreia do Norte e Mongólia. Esta abertura prolongou-se em Outubro pela visita a Jakarta de uma delegação soviética chefiada pelo vice-presidente do Presidium supremo. A aproximação reforçou-se em Dezembro com visitas de Adam Malik à Hungria, Alemanha de Leste e à própria URSS. No fim desse mesmo mês foi assinado um acordo de cooperação económica e técnica entre a Indonésia e a URSS, no qual se afirmava que “os dois países partilham pontos de vista sobre uma série de questões internacionais, sobretudo as que se prendem com a luta contra o imperialismo e o colonialismo” (*Sinar Harapan*, 26 de Dezembro de 1974).

Mesmo em Abril de 1975, com o fim da guerra do Vietnam, e longe de parecer inquieto face à derrota dos EUA, Adam Malik declarou que “a teoria do dominó defendida pelo ex-presidente Eisenhower já não era pertinente e tinha sido muito exagerada para assustar os países do sudeste asiático e mantê-los na dependência dos EUA” e que “quer se queira quer não, a ex-Indochina iria tornar-se num ‘poder vermelho’, mas que esperava que esse novo poder soubesse manter pelo menos boas relações com os outros países do sudeste asiático e, no limite, vir a aderir à ASEAN” (*Antara*, 12 de Abril de 1975).

A China Popular continuava a preocupar a Indonésia, mas Adam Malik fez declarações favoráveis a Pequim em Julho de 1975, afirmando que a Indonésia estaria pronta a descongelar as suas relações se se verificassem duas condições: que fossem regularizados os factores domésticos (havia 4 milhões de indonésios de origem chinesa); e que a China se abstinhasse de apoiar

movimentos subversivos como o PKI (Partido Comunista da Indonésia) (*Sinar Harapan*, 8 de Julho de 1975).

Todos estes elementos mostram até que ponto o general Suharto estava disposto a fazer compromissos com o comunismo.

### ***A Indonésia entre negociações e crises internas***

Em paralelo com o que acabamos de dizer, as autoridades indonésias iniciaram negociações secretas com Portugal. A 9 de Março, o major Vítor Alves, membro da Comissão Coordenadora do MFA, encontrou-se com, representantes do estado-maior indonésio em Londres. No dia seguinte, o jornal diário *Kompas* publicaria uma declaração do governador Lemos Pires reveladora das hesitações de Lisboa: “Existe uma tendência natural no seio do povo [de Timor oriental] para se orientar para a independência, o que é muito lógico. No entanto, também é lógico que existam limitações políticas, económicas e geográficas que podem conduzir as pessoas a procurar uma solução moderada”. Por outras palavras, os timorenses desejavam a independência, mas a Indonésia não queria ouvir falar de tal coisa e por isso era preciso encontrar a tal “solução moderada”.

As conversações com o major Vítor Alves prosseguiram a 21 de Maio em Jakarta, onde se encontrou com o general Murtopo. A 25 de Junho, Vítor Alves e o ministro Almeida Santos encontraram-se novamente com a delegação indonésia em Hong-Kong, nas vésperas da abertura da Conferência de Macau que deveria estabelecer o calendário para a descolonização. Em todas essas ocasiões a Indonésia acreditou na possibilidade de se encontrar uma solução negociada (*Berita Yudha*, 5 de Julho de 1975).

Em Timor, entretanto, o exército desencadeou acções de propaganda e de intimidação, bem como preparativos militares. Assim, em Fevereiro, o consulado indonésio em Dili exibiu no gradeamento exterior fotografias de vasos de guerra e de tanques (Tomodok 1996: 182), enquanto emissões de radio em tétum, difundidas a partir de Kupang, faziam crer que conselheiros soviéticos, chineses ou vietnamitas estariam a ajudar a FRETILIN e lhe teriam fornecido armas, o que era falso (Defert, 1992: 75). Em Abril, o general Panggabean decidiu aumentar a dimensão militar do projecto de anexação. A operação *Komodo* deu então lugar à fase I da operação *Flamboyant* sob o comando do coronel Dading Kalbuadi. O efectivo das milícias da APODETI treinadas em Timor Ocidental passou para 400 homens (Chamberlain, 2010: 176).

Apesar das declarações do cônsul indonésio em Dili serem entusiastas, os generais puderam constatar que a APODETI dispunha de fraca popularidade em comparação com a UDT e a FRETILIN, que mesmo depois da ruptura da coligação se mantinham favoráveis à ideia de independência. Eleições parciais levadas a cabo pela administração portuguesa a partir de Março mostraram que a UDT e a FRETILIN dividiam entre si os sukus e aldeias, com um ligeiro predomínio deste último (55% dois votos). A APODETI apenas conseguiu ganhar num círculo. (Ramos-Horta, 1996: 62).

Neste contexto, o estado-maior indonésio tratou de explorar ao máximo o erro da FRETILIN de não assistir à Conferência de Macau de Junho de 1975, a qual fixou a data de Outubro de 1976 para a eleição de uma Assembleia Constituinte. O resultado dessa conferência decepcionou os generais que esperavam antes um referendo ou um plebiscito muito rápido, na medida em que Jakarta já soubera gerir com vantagem uma operação desse tipo na Papua ocidental em 1969.

Com a finalidade de tentar controlar o processo, a Indonésia sugeriu à APODETI que acusasse alguns membros da FRETILIN de terem pertencido à policia politica salazarista (PIDE), na medida em que Portugal havia dito que quem estivesse nessa situação não poderia ocupar qualquer cargo governamental. Nesta base, o jornal *Berita Yudha* dava conta de um pedido da APODETI a Lisboa para que afastasse a FRETILIN de todas as actividades políticas. Se tivesse resultado, esta manobra poderia ter permitido à APODETI assegurar um bom lugar na estrutura de governo do Timor oriental, composto por um Alto-Comissário e cinco assistentes e que devia preparar as eleições de 1976 sob a autoridade do governador. Este projecto, porém, não iria ver a luz do dia. Apesar do passo em falso de Macau, a FRETILIN permanecia como um partido muito mais popular do que a APODETI. Por outro lado, entre 8 de Julho e 25 de Novembro de 1975,

Portugal iria viver um período de quase caos político que entravou fortemente a sua margem de actuação.

Em meados de 1975, Suharto deixou-se convencer pelos seus colaboradores de que a opinião pública mundial não ousaria opor-se ao seu país que era simultaneamente o maior país muçulmano do mundo, um importante membro do Movimento dos Não-Alinhados e da ASEAN, mas também da OPEP, cujo papel tinha crescido depois do primeiro choque petrolífero. A viagem que o presidente efectuou entre 30 de Junho e 8 de Julho e que o levou ao Irão, Jugoslávia, Canadá, EUA e Japão veio mostrar-lhe isso mesmo. A 5 de Julho, como acaba de ser revelado pela publicação das minutas da reunião que teve com o presidente Ford, Suharto obteve deste e de Henry Kissinger a confirmação de que os EUA deixariam a Indonésia invadir o Timor Oriental.

Factores de ordem interna aconselhavam Suharto a agir com brevidade. O primeiro era a crise da companhia petrolífera Pertamina. Suharto havia confiado a sua direcção a um dos seus mais próximos colaboradores, o general Ibnu Sutowo, o qual se deixou seduzir por dinheiro fácil. A partir de Março, os rumores começaram a circular sobre a incapacidade da Pertamina pagar os seus empréstimos. Números oficiais apontavam então para a centena de milhões de dollars. Um ano mais tarde, o governo reconheceria que a dívida total ascendia a 10 mil milhões de dollars. A outra crise potencial tinha a sua origem num projecto de lei eleitoral e de estruturação dos partidos políticos com vista às eleições de 1977. Suharto queria reforçar a sua própria estrutura, o Golkar<sup>3</sup>, questão que era contestada pelas outras forças políticas. Uma grande causa nacional como a libertação do povo timorense poderia ajudar a abafar as vozes da oposição.

Faltava no entanto um pretexto para justificar uma intervenção militar. Em Junho de 1975, as autoridades indonésias começaram a fazer saber que os incidentes no Timor Português se estavam a multiplicar. Os partidários da UDT e da FRETILIN teriam protagonizado confrontos entre si e atacado membros da APODETI que teriam sido obrigados a fugir em massa para o Timor Ocidental. Mas mesmo a imprensa indonésia não se deixou enleiar por esse tipo de discursos excessivos. Em 11 de Julho, o *Kompas* escrevia que, contrariamente ao que as fontes oficiais estavam a apregoar, a situação parecia normal. Havia, é certo, entre 2000 e 2300 pessoas que se diziam refugiados da APODETI, mas os seus jornalistas não tinham conseguido verificar nenhum incidente. Os dois mercados transfronteiriços de Motain e Batugade funcionavam normalmente, e os jornalistas tinham podido deslocar-se a Bobonaro para se encontrarem com o administrador português e vários chefes locais. No dia seguinte, esses mesmos elementos tinham-se deslocado ao lado indonésio da fronteira para prosseguir as discussões. Segundo o *Kompas*, os incidentes limitavam-se a querelas limitadas atinentes a questões de gado e de passagem da fronteira pelas populações raianas que poderiam ser facilmente resolvidas se houvesse boa-vontade da parte dos dois governos.

### ***O golpe de estado de 11 de Agosto de 1975 e os reféns portugueses***

Após o falhanço desta manobra, o estado-maior decidiu jogar a cartada da escalada de tensão. Entre fins de Julho e 7 de Agosto, três dirigentes da UDT – Lopes da Cruz, João Carrascalão e Domingos de Oliveira – estiveram em Jakarta, onde se encontraram com o general Murtopo que lhes terá prometido que a Indonésia apoiaria um Timor Oriental independente se houvesse um movimento contra a FRETILIN, acrescentando que não toleraria comunistas no governo (Defert, 1992: 77). No regresso destes homens, a UDT organizou logo a 8 de Agosto manifestações anti-comunistas reivindicando, entre outras, a expulsão de cinco oficiais portugueses acusados de apoiarem a FRETILIN. Perante a falta de reacção por parte do governador, a UDT desencadeou um golpe de estado na noite de 10 para 11 de Agosto, tomando conta das armas do comissariado da policia em Dili e aprisionando membros da FRETILIN.

Num primeiro momento, o governador agrupou a comunidade portuguesa no bairro do Farol em Dili, e não interveio, aguardando ordens de Portugal que deviam chegar por um emissário. A 14 de Agosto, o major António João Soares chegou a Jakarta em transito, e depois a Bali. Nos dois dias

---

<sup>3</sup> *Golkar* ou *Golongang Karya*, “grupos funcionais”, nos quais o exército tinha grande influência.

que passou na Indonésia, o BAKIN tentou perturbar a sua saúde, e depois conseguiu retê-lo no controlo da emigração afim de copiar as instruções secretas que transportava na sua pasta. O exército indonésio teve assim conhecimento antecipado que o governo português ordenava ao governador que se instalasse na ilha de Ataúro, o que este veio a fazer em 26 de Agosto (Conboy, 2004: 93). Pelo seu lado, o cônsul Elias Tomodok deixou Dili com numerosos outros estrangeiros a bordo do navio *Monginsidi* a 30 de Agosto.

Depois da invasão de Dezembro de 1975, o cônsul viria a contar ter visto “horrores” em Dili cometidos por elementos da UDT, cujos homens se teriam comportado “como animais”, e depois por parte da FRETILIN que teria semeado o “caos” depois de recuperar o controlo da situação (Tomodok, 1996: 264). No entanto, todos os observadores independentes indicam que se houve excessos que fizeram entre 2000 e 3000 vítimas, a situação estabilizou rapidamente. Varias ONG puderam continuar o seu trabalho em Timor, como o Comité Internacional da Cruz Vermelha, que ficou até 2 de Dezembro, altura em que foi obrigado a evacuar em virtude da Indonésia ter afirmado que não reconhecera o seu estatuto de neutralidade em caso de conflito (Defert, 1992: 81, 90).

Num primeiro momento, a imprensa indonésia deu conta de posições moderadas. No discurso de 17 de Agosto, comemorativo da independência nacional indonésia, o general Suharto declarou: “Abrimos as portas ao povo do Timor Português para que se integre no estado unitário da República Indonésia, se essa integração corresponder à sua vontade”. Dificilmente se poderia lançar em diatribes anti-comunistas na medida em que a 7 de Agosto tinha recebido o vice-primeiro-ministro da Coreia do Norte e que acabava de apoiar a candidatura dessa ditadura comunista ao Movimento dos Não-Alinhados. A 18 de Agosto, Suharto elevou o seu protesto contra a “descolonização mal concebida”, enquanto a 21 o general Panggabean declarava “encara a possibilidade de enviar tropas para a fronteira”, mas que tal “dependeria da situação”.

Mesmo se uma parte da comunidade internacional tinha dado o seu aval a uma intervenção armada, os generais temiam uma reacção de protesto no seio da ONU. Por isso, Suharto esperava ainda um “convite” do governo português para intervir.

O estado-maior encontrou então um meio de pressão: a detenção, em finais de Agosto, de uma vintena de militares portugueses que a Indonésia havia autorizado a entrar no Timor ocidental, e que agora apresentava como “prisioneiros da UDT”. Por essa altura, os próprios membros da UDT eram virtuais reféns dos militares indonésios e nunca poderiam conservar prisioneiros em território indonésio. Mas o expediente serviu para fazer vir um representante do governo português: António de Almeida Santos. O objectivo seria levar este a assinar uma declaração na qual Portugal pedisse a intervenção da Indonésia (Durand, 2010b: 119). A 29 de Agosto a imprensa indonésia dava conta destas negociações. O governo indonésio pedia um mandato “para encontrar várias pessoas e conduzir negociações no Timor Português com vista a encontrar uma solução para a crise”; a Cruz Vermelha indonésia mostrava-se “pronta a intervir no Timor Português, esperando apenas um convite”; e mesmo a Austrália se associou a esta diligência, indicando que “se Portugal desse um mandato à Indonésia para restabelecer a paz e terminar os combates, a Austrália apoiaria plenamente essa decisão”. Após vários dias de negociação, Almeida Santos recusou-se a assinar qualquer documento que contivesse um “convite” para que a Indonésia entrasse no Timor Português. Os militares presos continuaram a servir de meio de pressão até Julho de 1976.

A Indonésia insistia na questão dos refugiados, pretendendo que eles fossem uma ameaça à sua estabilidade. A 12 de Setembro, o *Kompas* publicava números que apontavam para a presença no Timor ocidental de 20 000 refugiados, dos quais 80% seriam crianças separadas dos seus pais, e 6000 mulheres – ou seja, números incoerentes. No dia seguinte, o *Berita Yudha* indicava muito precisamente 27 198 refugiados. Três dias mais tarde seriam 32 340, vindo a cair para 31 397 segundo o *Berita Buana* de 23 de Setembro. Depois da invasão a Indonésia falou mesmo em mais de 55 000 refugiados. Mas todos os observadores concordam que o número verdadeiro se deverá situar entre os 10 000 e os 20 000. Exagerar este número contribuía para acentuar a gravidade da situação e para justificar a intervenção armada. Assim, em meados de Setembro, o estado-maior sugeriu aos quatro partidos timorenses que julgava estarem do seu lado que pedissem a alteração do

nome “Timor Português” até então utilizada pelas autoridades indonésias, pela expressão “Timor Timur”, ou seja, Timor Oriental em indonésio.

### ***A invasão antes da invasão (8 de Outubro a 6 de Dezembro de 1975)***

Em finais de Setembro, a FRETILIN tinha restabelecido a ordem e conseguia gerir a situação. Do outro lado, o general Suharto continuava a hesitar quanto ao uso da força. No entanto, o seu estado-maior conseguiu convencê-lo a lançar a segunda fase da Operação *Flamboyant* que consistia em desenvolver acções pontuais. Variadas outras operações, entre as quais a de 3 de Junho no enclave de Oecussi, já tinham sido efectuadas, mas só em Outubro é que o exército indonésio entrou em acção, atacando Batugade (a 7), Maliana (14) e depois Balibó (16). No decurso desta última operação, cinco jornalistas australianos foram mortos.

Adam Malik, ministro dos Negócios Estrangeiros, negou que tropas indonésias estivessem envolvidas nos incidentes, precisando: “Não é verdade. Nós nunca estivemos implicados nessa questão, a não ser para prestar auxílio a refugiados oriundos do Timor Português” (*Berita Yudha*, 31 de Outubro de 1975). No entanto o jornalista Hendro Subroto, que cobriu os acontecimentos do lado indonésio, veio a contar com precisão como os “partidários” da UDT e da APODETI tinham sido treinados pelo exército e sido integrados em forças bem mais massivas de soldados indonésios que trocaram os seus uniformes por *blue jeans*, conservando as suas armas de assalto bem como granadas de fragmentação. Estas forças receberam apoio de tanques anfíbios e barças LCM munidas de morteiros (Subroto, 1994: 59).

Entretanto, as autoridades indonésias continuavam a “negociar”. A 1 e 2 de Novembro encontraram-se de novo com emissários portugueses em Roma para tentarem trocar um “convite” para entrar no Timor oriental pela libertação dos 23 soldados portugueses em sua posse. Sem nada conseguir, o governo indonésio recorreu à Austrália com o intuito de contactar a FRETILIN e propor negociações alargadas em Darwin. Talvez esperassem que a FRETILIN recusasse a sugestão, mas esta força política decidiu, a 19 de Novembro, aceitá-la, e disso informou Adam Malik por telegrama. As novas negociações deveriam iniciar-se em finais de Novembro, mas entretanto o estado-maior indonésio sugeriu à UDT e a APODETI que reclamassem que essas negociações não se realizassem em terreno neutro, mas sim em Bali, sabendo de antemão que essa posição seria totalmente inaceitável quer para a FRETILIN quer para Portugal.

Paralelamente, o exército lançou novas ofensivas a partir de 21 de Novembro, nomeadamente em Atsabe. Por esses dias, Jakarta continuava a negar qualquer envolvimento militar e declarava que a Indonésia se limitava a “dar aos grupos que solicitavam a integração a oportunidade de adquirir competências em matéria de armamento, para que se possam defender” (*Kompas*, 12 de Novembro de 1975). Perante a ausência de reacções internacionais, o exército já nem precisava de agir discretamente e começou a usar submarinos e o destroyer *KRI Martadinata*, que lançaram obuses de 76 mm sobre populações timorenses (Subroto, 1994: 122).

Adivinhando a iminência de uma invasão massiva, a FRETILIN decidiu reagir. Após ter constatado a passividade de Portugal, bloqueado pela questão dos reféns; após ter enviado um apelo à ONU, a 24 de Novembro, com o fim de ser enviada uma missão de manutenção da paz; após ter constatado o cancelamento da conferência agendada para dia 27 em Darwin; e após ter visto a vila de Atsabe cair nas mãos dos indonésios - a FRETILIN decidiu proclamar unilateralmente a independência a 28 de Novembro, esperando que tal gesto provocasse um sobressalto na comunidade internacional.

A 29 de Novembro, a Indonésia fazia saber aos representantes da UDT e da APODETI, e ainda dos partidos KOTA e Trabalhista (dois pequenos partidos que também estavam a ser instrumentalizados por Jakarta), que Portugal já não possuía qualquer autoridade sobre o território, e que Timor oriental passava a fazer parte da República Indonésia. No dia seguinte, como veio a ser narrado mais tarde por um dos seus principais signatários, representantes desses quatro partidos apresentaram coagidos a chamada Declaração de Balibó, pedindo a integração na Indonésia.

O governo português tomou a iniciativa de fazer uma declaração formal perante a ONU, a 29 de Novembro, que foi noticiada pelos media indonésios. Nesse documento rejeitava-se tanto a

declaração da FRETILIN como a dos outros partidos, e solicitava-se o apoio do secretário-geral para dar corpo ao processo de descolonização. No entanto, Portugal não pediu formalmente o envio de qualquer força de interposição.

Em finais de Novembro a posição indonésia continuava a pretender manter uma fachada de neutralidade. Jakarta contentava-se em “lamentar a declaração unilateral de independência feita pela FRETILIN” que chocava “com os esforços que a Indonésia vinha a desenvolver para garantir um acto de autodeterminação para o povo do Timor Português”. Mas desde o dia 2 de Dezembro que Adam Malik declarava que “já não é possível resolver a questão do Timor Português através da diplomacia”, e a 4 deste mês o governo evocava a sua “obrigação moral” de proteger o povo dessa ex-colónia.

A 5 de Dezembro, dois dias antes da invasão, os media faziam eco de propósitos bem mais duros, nos quais o governo indonésio acusava Portugal de “negligência criminoso” por ter “abandonado” Timor. Para Jakarta, o apelo de Portugal à ONU não passava de uma acção de “lavar as mãos por ter deixado o território que colonizara durante 400 anos numa situação de desordem e confusão, criando uma segunda Angola em Timor”. No entanto, Suharto não podia dar de imediato a ordem de atacar, pois o presidente americano Gerald Ford e o seu secretário de estado Henry Kissinger estavam a chegar para uma visita oficial de dois dias, a 5 e 6 de Dezembro. O exército teve de esperar que partissem para desencadear o assalto oficial. No dia seguinte à invasão, o *Kompas* publicava a seguinte declaração de Kissinger: “nunca reconheceremos a Republica Democrática de Timor-Leste e compreendemos a posição indonésia a este propósito.”

### ***A invasão de 7 de Dezembro de 1975***

A versão oficial que a ditadura indonésia manteve ao longo de muito tempo dizia que a invasão ocorrera a 7 de Dezembro e que nesse dia apenas “voluntários” indonésios tinham querido “ajudar os seus irmãos timorenses” a libertar-se do colonialismo e do comunismo imposto pela FRETILIN (Departamento de Informação, 1976). Esta versão, no entanto, acabou desmentida por numerosas fontes indonésias.

Num livro publicado originalmente em indonésio em 1996, e traduzido para inglês no ano seguinte, o jornalista Hendro Subroto narrou em detalhe o modo como se havia desenrolado a Operação *Seroja* de ataque a Dili, dando detalhes dos nomes dos oficiais envolvidos, sobre a presença de seis vasos de guerra, de nove aviões Hercules de transporte de paraquedistas, de aviões AC-47, de bombardeiros B-26, de aparelhos UF-2 Albatros, além de mais 17 Fokker F28 e quatro Fokker F27. A pressa que o exército tinha em lançar a operação era tal que nem esperou pela chegada a Dili das milícias timorenses da UDT e da APODETI que eram supostos vir libertar a cidade (Subroto, 1997: 138).

Esta versão veio a ser corroborada em Fevereiro de 1999 pelo próprio exército indonésio no numero 5 da sua revista *Angsa*, onde se reconhece que esta foi a operação militar mais importante que alguma vez realizara (Durand, 2010<sup>a</sup>: 72). Nesta operação estiveram envolvidos dez mil soldados.

Perante estas revelações, e depois de ter negado durante toda a sua carreira que a Indonésia tivesse intervindo militarmente, Ali Alatas, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1988 e Outubro de 1999, foi obrigado a reconhecer em 2006 que o exército tinha mesmo invadido Timor oriental a 7 de Dezembro de 1975. Mesmo nessa altura, adiantou uma justificação falsa: que essa invasão teria sido efectuada “a pedido do governo provisório” (Alatas, 2006: 19)<sup>4</sup>. Na verdade, este só foi nomeado a 17 de Dezembro, ou seja, dez dias depois da invasão.

### ***As condenações internacionais da Indonésia***

Nas semanas que precederam a invasão, a Indonésia fez grandes aberturas diplomáticas em relação a grandes países que poderiam objectar a essa acção. A 19 de Novembro, um contrato para a construção de duas centrais eléctricas em Java foi assinado com a URSS, e a 2 de Dezembro o

---

<sup>4</sup> Ali Alatas tinha sido adjunto de Adam Malik em 1975, pelo que sabia bem o que se tinha passado.

almirante Sudomo anunciou a libertação de 1309 presos políticos acusados de terem participado no golpe de estado comunista de 1965. Este gesto podia ser apreciado tanto no Ocidente como em Pequim.

Apesar disso, Suharto foi confrontado com o que mais temia: a estigmatização do seu país pela comunidade internacional. A imprensa indicou que logo a 11 de Dezembro o Comité de Descolonização da ONU condenou por 69 votos contra 11 “a intervenção militar indonésia no Timor Português”. No dia seguinte, e apesar de forte *lobbying* na ONU, a Assembleia Geral adoptou uma resolução pedindo “a retirada de todas as tropas indonésias de Timor”.

Foi neste quadro, quando a imprensa se interrogava sobre os riscos de uma suspensão da ajuda ocidental como represália, que Adam Malik retorquiu que se fosse esse o caso, os Ocidentais podiam “ir para o inferno com a sua ajuda”. Na verdade, isso não passava de uma fanfarronice, uma vez que em Junho de 1976, após a catástrofe financeira da Pertamina, a Indonésia viria a pedir ao *Intergovernmental Group on Indonesia* (IGGI) 2,4 mil milhões de dollars, sendo que parte importante desse financiamento viria do Banco Mundial e dos países ocidentais.

Nos dias que se seguiram à invasão, a imprensa indonésia fez-se eco da batalha de palavras na ONU. O general Suharto conseguiu que se retirassem da declaração expressões como “agressão indonésia ao Timor Português” e “condena a invasão indonésia”. Mesmo assim, a 22 de Dezembro o Conselho de Segurança “deplorou a intervenção das forças armadas da Indonésia no Timor oriental” e “pediu ao governo indonésio para retirar sem demora todas as suas forças desse território”.

Mas os generais sabiam que por detrás destas posições oficiais, os principais actores da cena internacional estavam a seu favor, e que Portugal estava bloqueado por causa dos reféns. Por isso, decidiram não retirar qualquer força do território e jogar em diversos tabuleiros. Por um lado, insistiram na condenação de Portugal pelo “abandono” do território, ao mesmo tempo que se apoiavam em elementos oriundos de Timor oriental para forjar uma legitimidade para a intervenção. Assim, quando a Austrália pediu a Adam Malik autorização para enviar a Cruz Vermelha para Dili, este respondeu, a 11 de Dezembro, que isso não estava nas suas mãos, na medida em que era a APODETI quem decidia (*Berita Buana*, 11 de Dezembro de 1975). Representantes da APODETI, da UDT e do KOTA foram igualmente enviados à ONU a 16 de Dezembro tendo em vista refutar a ideia de que teria havido uma “agressão” por parte da Indonésia, e para defenderem a ideia de um referendo sob a égide da ONU. Este propósito não tinha a mínima base de sinceridade, como os acontecimentos ulteriores se encarregaram de demonstrar.

### ***Portugal e a ONU face ao “governo provisório”***

Com o fim de aumentar a aparência de legitimidade dos partidos que eram supostos pedir a integração, a Indonésia levou-os a constituir um “governo provisório” a 17 de Dezembro de 1975. Este “governo” enviou de seguida uma carta ao presidente Suharto solicitando que “o governo da República Indonésia conceda apoio nos domínios militar, social e económico com a finalidade de permitir que as condições de paz e de ordem se restabeleçam no Timor oriental, e se liberte este das perturbações e ameaças terroristas deixadas pelo governo português” (*Pelita*, 24 de Dezembro de 1975).

Esta configuração permitiu ao exército reforçar o seu discurso dúplice, e impor esta estrutura fantoche como interlocutor oficial. Portugal, que havia rompido as suas relações diplomáticas com a Indonésia, foi obrigado a negociar com este “governo provisório” para recuperar os seus 23 soldados reféns. Em Fevereiro de 1976, o diário *Suara Karya* indicava que esse governo provisório estaria na disposição de os libertar “se as condições estiverem reunidas”. Mais uma vez, tratava-se de uma posição destinada a ganhar tempo, uma vez que em troca se pedia que Portugal restituísse dois navios, dois aviões e um helicóptero, que devolvesse ao Banco Nacional Ultramarino dinheiro que lhe pertencia antes da nacionalização, e que terminasse as obras de várias estradas e pistas de aviação iniciadas no decurso do período colonial.

Uma vez que Portugal já não estava presente e que a Indonésia encaminhava tudo para o governo provisório, também a ONU teve de encarar o problema de tratar vários assuntos com essa

estrutura, que por sua vez era apoiada por alguns países amigos de Jakarta. Assim, em meados de Dezembro, a Malásia e a Austrália sugeriram ao Conselho de Segurança da ONU que os estados do sudeste asiático pudessem ser convidados a ajudar o tal governo provisório a realizar o processo de descolonização.

A 22 de Dezembro, o governo provisório pedia por seu turno ao Secretário-Geral que adiasse o envio de observadores “até que a sua segurança possa ser assegurada”. O exercito indonésio ocupava Dili desde 7 de Dezembro e envolvia 25 000 soldados noutras operações (Baucau: 10 de Dezembro; Liquiça e Suai: 25 de Dezembro; etc), mas esse pedido permitiu atrasar mês e meio a chegada de Vittorio Winspeare Guicciardi, enviado especial da ONU. Assim, Guicciardi só chegou a Jakarta a 15 de Janeiro de 1976, e encontrou-se então com Adam Malik e o próprio general Suharto. Depois, só pode estar em Timor oriental entre 20 e 22 de Janeiro, e visitar em saltos de helicóptero os poucos locais controlados pelo exercito indonésio: Dili, Ataúro, Oecussi, Manatuto e Baucau. Não foi autorizado a deslocar-se às zonas onde se encontrava a FRETILIN, para “preservar a sua segurança”. Depois do regresso a Jakarta, Guicciardi foi interrogado pelos media sobre uma declaração segundo a qual o povo de Timor oriental já se teria integrado na Indonésia, e respondeu que estava convencido que “de facto, eles são já parte da Indonésia” (*Berita Yudha*, 26 de Janeiro de 1976).

De Jakarta, Guicciardi partiu para a Australia a 1 de Fevereiro, e aí encontrou-se com o Secretário-Geral Kurt Waldheim. Reconheceu então ter podido estabelecer um contacto via rádio com a resistência, mas os seus projectos de utilizar uma corveta portuguesa ou um avião australiano para se deslocar a Timor foram bloqueados tanto pela Austrália como pela Indonésia, uma vez que a sua “segurança” não estaria garantida.

A 10 de Fevereiro, o *Angkatan Bersenjata*, jornal do exército, resumia a situação do seguinte modo a que não falta algum cinismo: “Segundo o Secretário-Geral da ONU, não é possível enviar uma força de paz sob a égide dessa organização, a não ser que o Conselho de Segurança o peça e todas as partes implicadas no conflito a aceitem”. A Indonésia era uma das partes implicadas no conflito, e por outro lado o apoio dos EUA a Suharto tornava a unanimidade no Conselho de Segurança algo impossível de obter.

Dois dias mais tarde, o diário *Kompas* publicava palavras do general Panggabean segundo as quais a incapacidade demonstrada por Guicciardi para se encontrar com a resistência “apesar do apoio total que lhe foi prestado pelo governo provisório, bem como pela Indonésia e a Australia” seriam a prova de que nenhuma zona do território se encontrava já sob a alçada da FRETILIN.

A 13 desse mesmo mês, contradizendo aquela que tinha sido a sua posição no decurso da primeira visita à ONU cerca de dois meses antes, quando apoiara a ideia de um referendo, o governo provisório pela voz de Lopes da Cruz declarava que “não é necessário organizar qualquer referendo porque a FRETILIN está paralisada e não tem nenhum poder político ou militar no território de Timor-Leste”. E acrescentava: “uma vez que a FRETILIN não deseja um referendo, e que os outros quatro partidos desjam uma integração na Indonésia, para quê um referendo?” (*Suara Karya*, 13 de Fevereiro de 1976).

O governo provisório serviu fundamentalmente para mascarar a presença do exército. Em Março, este fá-lo declarar que “num futuro próximo, os voluntários indonésios poderão começar a regressar aos seus locais de origem”, mas que dada a situação de atraso derivada da colonoização, “a sua força de trabalho ainda é necessária” (*Berita Buana*, 22 de Março de 1976). A noção de “futuro próximo” permitiu por sua vez a Anwar Sani, embaixador da Indonésia na ONU, declarar em Abril que “o governo provisório acaba de autorizar os voluntários indonésios a regressar aos seus locais de origem”. Na medida em que estes “voluntários indonésios armados” estariam então em vias de deixar o território, a resolução do Conselho de Segurança pedindo a sua retirada não teria mais razão de ser... Sabendo-se que a presença militar indonésia se prolongou por vinte e quatro anos, vemos o carácter especioso desta retórica.

Esta estratégia, porém, teve limites. O estado maior indonésio conseguiu impedir o envio de uma força de paz, mas não logrou abafar por completo este dossier. A 20 de Janeiro de 1976, Portugal protestou na ONU contra a visita de Adam Malik a Dili, acompanhado pelo general Benny

Murdani, “a convite do governo provisório”. E entre 1976 e Novembro de 1982, a ONU pediu várias vezes à Indonésia que retirasse as suas forças, e propôs-se organizar um processo de autodeterminação.<sup>5</sup>

### *Uma anexação progressiva*

A imagem mediática da anexação também foi muito controlada. No interior do país, a 10 de Dezembro, o general Panggabean insistiu na necessidade dos media não prejudicarem a imagem da Indonésia, ao mesmo tempo que um processo de validação das autorizações de publicação entrou em vigor em Janeiro, constringendo os jornais a divulgar versões oficiais dos acontecimentos, mesmo que a capacidade que evidenciaram em abordar problemas tenha sido por vezes surpreendente.

No que toca à opinião internacional, o exército realizou um primeiro teste ao anexar o enclave de Oecussi a 18 de Dezembro. Nesse dia, 5 000 pessoas assistiram a uma cerimónia dirigida pelo tenente-general Ignatius Pranoto, e quatro dias depois a agência *Antara* indicava que a população desse enclave tinha declarado “integrar-se na Republica da Indonésia” e acabava de se constituir como *kabupaten*, a unidade administrativa inferior à província. Como esta anexação não suscitou qualquer reacção veemente, o estado-maior indonésio decidiu continuar pedindo a oito pessoas de Ataúro para se dirigirem ao governo provisório (a 28 de Dezembro) para pedir também a integração na Indonésia.

Em Janeiro de 1976, por ocasião de uma visita-relâmpago a Dili, Adam Malik pôs em relevo o entusiasmo dos timorenses orientais que teriam espontaneamente exibido retratos do presidente Suharto e do vice-presidente Hamegku Buwono, bandeiras indonésias, e o brasão do arquipélago com uma legenda em javanês: *Bhinekka Tunggal Ika* (“Unidade na diversidade”). Segundo Malik, a língua indonésia teria sido amplamente utilizada pelos membros do governo provisório – o que é, sem duvida, um exagero. Nessa ocasião, Malik aconselhou o governo provisório a constituir rapidamente um “parlamento” (*Pelita*, 12 de Janeiro de 1976).

A 4 de Fevereiro de 1976, a operação de anexação completa podia começar, depois de se terem suprimido todos os partidos políticos locais. Mas na verdade, os combates no território continuavam activos. Francisco Lopes da Cruz, ex-presidente da UDT, reconheceria por essa altura que haveria já a registar 60 000 mortes (Durand, 2010a: 186). Vários timorenses que teriam participado no pedido de integração também vieram denunciar essas mentiras. Por exemplo, em 29 de Abril, o ex-presidente do KOTA, José Martins, escreveu uma carta ao Secretário-Geral da ONU revelando que tinha ido a Nova Iorque sob ameaça para ler uma declaração pedindo a integração que na verdade tinha sido redigida pelas autoridades indonésias. José Martins terminava a missiva solicitando à ONU que assegurasse a rápida retirada das tropas indonésias e organizasse um referendo de auto-determinação, caso contrário “muitas pessoas continuarão a morrer todos os dias” (*Timor Information Service*, nº 9/10, 6 de Maio de 1976, pp 6-7).

Para contrabalançar este pedido, o exército indonésio organizou a 17 de Maio uma manifestação de 50 000 pessoas em Balibó, pedindo a integração imediata na Indonésia sem referendo. O governo provisório pôde então convidar os membros do Conselho de Segurança da ONU, o seu Secretário-Geral e os países com assento no comité de descolonização a deslocarem-se a Dili para assistir a uma cerimónia de auto-determinação agendada para 31 de Maio. Das mais de vinte e cinco delegações convidadas, apenas seis responderam afirmativamente: Malásia, Tailândia, Irão, Arábia Saudita, Nigéria e Nova Zelândia. Nenhum representante da ONU caucionou este evento, que não iludiu ninguém.

Tal como foi revelado pelo *Kompas* de 31 de Maio, 5 000 pessoas reuniram-se no exterior do cinema da Dili onde teve lugar essa reunião, dando vivas ao “presidente Suharto” e à “integração da Timor oriental na Indonésia”, e exibindo bandeirolas onde se lia que a ONU não deveria intervir em Timor oriental porque o destino do território estava nas mãos do seu povo. Mas essas bandeirolas

---

<sup>5</sup> A partir de 1983 deixou de haver votações sobre este tema na Assembleia Geral, mas esta instancia solicitou ao Secretário-Geral que assegurasse a continuação do processo (Durand 2010a: 189)

estavam escritas em inglês, revelando a falta de espontaneidade dessa manifestação. Nem um só uniforme indonésio podia ser avistado, mas numerosos soldados vestiam fardamento do governo provisório e exibiam armas automáticas.

Domingos Oliveira, encarregado dos assuntos de informação no governo provisório, foi o único com autorização para se dirigir à imprensa. Segundo afirmou na altura, os membros do “Conselho do Povo” teriam sido escolhidos por consenso nos treze distritos e na capital no início de Abril, e nenhuma oposição a esta escolha tinha sido registada na medida em que a FRETILIN não disporia já de mais do que uma centena de apoiantes. Por outro lado, negou que ainda houvesse tropas ou voluntários armados indonésios no território, dizendo que apenas professores e médicos permaneciam no terreno onde os combates com a FRETILIN tinham desaparecido. Na verdade, operações militares de alguma envergadura prolongaram-se até meados da década de 1980.

Os treze jornalistas indonésios e vinte estrangeiros não foram autorizados a passar mais do que quatro horas em Dili, onde puderam assistir à cerimónia de pedido da integração, mas não falar com qualquer membro do “Conselho do Povo” nem da população.

Alguns dias mais tarde, Arnaldo dos Reis Araújo apresentou uma petição junto do parlamento indonésio (DPR), declarando que “a petição que trazemos é um grito que provém do mais fundo coração do povo de Timor oriental, depois do colonizador português, sem qualquer sentido das responsabilidades, ter fugido desse território” (*Berita Buana*, 9 de Junho de 1976).

Procurando dar-se ares de seguir procedimentos legais, o DPR transmitiu essa “petição” ao general Suharto, que a apresentou a uma sessão plenária do seu conselho de ministros em 29 de Junho. Nesse mesmo dia, Suharto decidiu aceitar a petição e indicou que o seu governo iria preparar um projecto de lei a submeter ao voto do DPR, esforçando-se por que tal pudesse ter lugar antes de meados de Agosto para coincidir com o aniversário da independência indonésia. Na realidade, o governo não se atrasou e a 2 de Julho o DPR recebia um projecto de lei sobre a integração de Timor oriental. Mas a votação não ocorreu de imediato, na medida em que a reacção de Portugal continuava a preocupar o general Suharto.

Com vista a assegurar-se que não haveria qualquer problema, entre 6 e 10 de Julho de 1976 o estado-maior indonésio enviou o governo provisório a Banguécoque para negociar com Portugal a transferência dos 23 reféns ainda detidos, contra a promessa de reconhecimento da integração. O exército indonésio julgou então que conseguira um acordo. De qualquer forma, na sua chegada a Jakarta a 14 de Julho, o chefe da delegação do governo provisório Mário Carrascalão, declarou que a questão da reacção portuguesa dizia agora respeito às relações entre o próprio governo provisório e a Indonésia. Se Portugal quisesse dar a sua aprovação, seria bem recebida; caso contrário, isso não seria motivo de obstrução. No dia seguinte o DPR aprovaria por aclamação, em sessão plenária, o projecto de lei sobre a integração de Timor oriental.

A 17 de Julho, o general Suharto recebeu Arnaldo dos Reis Araújo, Francisco Lopes da Cruz, Guilherme Gonçalves e Mário Carrascalão para lhes entregar o texto da Lei nº 7 de 1976, que transformava Timor oriental na 27ª província da Republica Indonésia. Se bem que seis meses antes Adam Malik tivesse afirmado que os membros do governo provisório falavam correntemente indonésio, a imprensa revelou que essa cerimónia teve a colaboração de numerosos interpretes porque todos os discursos foram traduzidos do indonésio para inglês, e depois de inglês para português, e vice-versa. Foi também anunciado então que o território deixaria de ter relações externas, uma vez que se teria amalgamado com a Indonésia, incluindo nesta disposição os cidadãos portugueses que quisessem regressar ao seu país de origem. De um ponto de vista estritamente formal, e uma vez que o Timor Português tinha sido uma “Província Ultramarina”, todos os timorenses orientais podiam reivindicar a cidadania portuguesa.

Em 26 de Julho de 1976, o general Moraes e Silva, enviado de Portugal, chegava a Jakarta para se encontrar com os 23 militares que aí se encontravam desde Agosto do ano anterior, bem como cidadãos de Timor oriental que desejavam partir para Lisboa. Depois da entrega dos reféns, Portugal declarou que não reconhecia a integração de Timor oriental na Indonésia. O estado-maior indonésio constatou então que tinha interpretado com grande ingenuidade as declarações anteriores dos portugueses. Adam Malik recusou-se a comentar tais declarações e contentou-se em dizer que

conservava consigo um relatório das negociações de Bangucoque e confiava na palavra do general Morais e Silva.

Na verdade, as palavras do general Morais e Silva, proferidas sob ameaça de não-restituição dos reféns, continham uma sutileza: “A minha opinião é que no futuro as relações entre a Indonésia e Portugal serão melhores e mais claras do que actualmente. Mas deve-se compreender que o novo governo de Portugal está a estudar o que a Indonésia designo como a sua ‘intervenção’, com vista a determinar a posição de Portugal no futuro. Em princípio, o novo governo e o presidente António Ramalho Eanes não têm objecções a retirar a questão timorense da ONU (...) mas o novo governo português deve primeiro descobrir o que verdadeiramente se passou antes de tomar uma decisão” (*Kompas*, 27 de Julho de 1976). A reserva sobre “o que verdadeiramente se passou” permitiu que Portugal mantivesse a questão timorense na ONU na medida em que o general Suharto havia mentido de forma descarada.

### ***Preludio a 24 anos de ocupação***

A partir de fins de Julho, o exército indonésio comportou-se como se estivesse num país conquistado. A 3 de Agosto o general Machmud, ministro do Interior, recebia o juramento do governador e vice-governador da “província”, nomeados por Suharto: Arnaldo dos Reis Araújo e Francisco Lopes da Cruz, ex-líderes da APODETI e da UDT, respectivamente. O general Machmud instalou igualmente os representantes do “Conselho do Povo” como membros do parlamento provincial (DPRD), e nessa ocasião afirmou que o exército iria permanecer no território e que era necessário ver essa atitude de modo positivo. De facto, segundo ele, “os soldados indonésios em serviço em Timor oriental não deveriam ser considerados como as tropas coloniais portuguesas, na medida em que se tratava de tropas nacionais que eram propriedade do povo de Timor oriental” (*Berita Buana*, 4 de Agosto de 1976). Aproveitou ainda para anunciar que as eleições legislativas previstas para 1977 na Indonésia não se realizariam em Timor oriental, e que o território permaneceria fechado. Oficialmente, a razão dessa decisão era evitar a entrada de semeadores de distúrbios.

Um regime de excepção estava então em vigor. Iria durar vinte e quatro anos. Felizmente para a população, a 19 de Agosto a Cimeira dos Não Alinhados redigiu uma declaração sobre Timor oriental, pedindo que o seu povo tivesse acesso a um verdadeiro direito de auto-determinação. Por seu lado, a 30 de Agosto, o *Kompas* publicava uma declaração do general Morais e Silva precisando que Portugal não iria retirar a questão timorense da ONU, mas que também não insistiria muito sobre essa via, preferindo “favorecer o diálogo”. Na verdade, o comité da ONU para a descolonização não reconheceu a cerimónia de 31 de Maio de 1976 como verdadeiro acto de auto-determinação, e decidiu manter Timor oriental na lista dos países a descolonizar.

A 15 de Setembro, o *Kompas* noticiava a realização de uma cimeira que reuniu o general Suharto, o general Panggabean, o general Sugama, o general Machmud, e ainda Adam Malik. O conteúdo exacto dessa reunião não foi divulgado, mas Suharto acabava de tomar consciência de que as suas reticências a propósito da invasão de Timor oriental tinham razão de ser, e que a imagem do seu país iria sofrer ao longo de vários anos com este assunto que era impossível abafar. É muito revelador constatar que Suharto apenas se deslocou ao Timor oriental pela primeira vez em 1978, e que nas suas memórias publicadas em 1987 ele não fale sequer desta questão de que, se a propaganda do seu exército fosse fundamentada, ele se poderia sentir orgulhoso (Gafur, 1987).

### **Bibliografia :**

Alatas (Ali), 2006, *The Pebble in the Shoe, the Diplomatic Struggle for East Timor*, Jakarta, Aksara Karunia, xx-330 p.

Almeida Santos (António de), *Quase Memórias*, Cruz Quedabra (Portugal), Casa das Letras, 2006, 2 volumes, xiii-614 p. ; 461 p.

- Cayrac-Blanchard (F.), Doyet (S.) & Durand (F.) (Eds), 2000, *Indonésie, un demi-siècle de construction nationale*, Paris, L'Harmattan, 352 p.
- Cayrac-Blanchard (Françoise), 1991, *Indonésie, l'armée et le pouvoir*, Paris, L'Harmattan, 214 p.
- Chamberlain (Ernest), 2010, *Faltering Steps: Independence Movements in East Timor – 1940s to the early 1970s*, Point Lonsdale VIC 3225, 253 p.
- Conboy (Ken), 2004, *INTEL: Inside Indonesia's Intelligence Service*, Jakarta, Equinox Publishing, 253 p.
- Defert (Gabriel), 1992, *Timor-Est, le génocide oublié. Droit d'un peuple et raisons d'États*, Paris, L'Harmattan, 323 p.
- Defert (Gabriel), 1993, « Timor-Est vu d'Indonésie », in *Archipel* n°46, p.119-129.
- Defert (Gabriel), 1996, *L'Indonésie et la Nouvelle-Guinée-Occidentale – Maintien des frontières coloniales ou respect des identités communautaires*, Paris, L'Harmattan, 454 p.
- Department of Foreign Affairs and Trade, 2000, *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor 1974-1976*, Documents on Australian Foreign Policy, Melbourne University Press, xxix-885 p.
- Department of Information, Republic of Indonesia (Ed.), 1976, *Process of Decolonization in East Timor*, Jakarta, August 5, 40 p.
- Doyet (Stéphane), 2001, « Timor Loro Sa'e, un nouvel État à l'heure du village global ? : Réflexions sur nos mythes et nos modes », in *Lusotopie*, pp.327-345.
- Dunn (James), 1983, *Timor: a People Betrayed*, Milton Queensland, The Jacandra Press, 402 p.
- Durand (Frédéric), 2009, *42 000 ans d'histoire de Timor-Est*, Toulouse, Arkuiris, 2009, 130 p.
- Durand (Frédéric), 2002, *Timor Lorosa'e, Pays au carrefour de l'Asie et du Pacifique, un atlas géo-historique*, Marne-la-Vallée/Bangkok, Presses Universitaires de Marne-la-Vallée/IRASEC, 208 p.
- Gafur (Abdul), 1987, *Pak Harto, Pandangan dan Harapan*, Jakarta, Pustaka Kartini, xxvi-522 p.
- Gunn (Geoffrey C.), 1999, *Timor Loro Sae: 500 Years*, Macau, Livros do Oriente, 323 p.
- Jenkins (David), 2010, *Suharto and his General*, Jakarta, Equinox Publishing, 330 p.
- Lemos Pires (Mário), 1994, *Decolonização de Timor, Missão Impossível ?*, Lisbonne, Publicações Dom quixote, 3<sup>ème</sup> édition, 461 p.
- Ramos-Horta (José), 1987, *Funu, The Unfinished Saga of East Timor*, New Jersey, The Red Sea Press Inc., xvi-207 p.
- Raillon (François), 1984, *Les étudiants indonésiens et l'Ordre nouveau, politique et idéologie du Mahasiswa Indonésia (1966-1974)*, Paris, Éditions de la MSH, 351 p.
- Subroto (Hendro), 1997, *Eyewitness to integration of East Timor*, Jakarta, Pustaka Sinar Harapan, xii-279 p.
- Tomodok (Elias M.), 1996, *Hari-Hari Akhir Timor Portugis*, Jakarta, Pustaka Jaya, 2<sup>ème</sup> édition, ix-376 p.